

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

##ATO Ato nº 404 de 21 de setembro de 2015.

##TEX O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, anexo I, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de setembro/2014 a agosto/2015, para divulgação e conhecimento público.

##ASS FRANCISCO TARCÍSIO GUEDES LIMA VERDE JÚNIOR
##CAR Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			RS 1,00
Despesas Executadas (últimos 12 meses)			
DESPESA COM PESSOAL	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	294.790.858,92	1.044.325,20	295.835.184,12
Pessoal Ativo	220.032.070,22	726.309,11	220.758.379,33
Pessoal Inativo e Pensionistas	74.758.788,70	318.016,09	75.076.804,79
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	69.795.340,44	778.815,67	70.574.156,11
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	316.203,24		316.203,24
Despesas de Exercícios Anteriores	727.282,37	778.815,67	1.506.098,04
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	68.751.854,83		68.751.854,83
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	224.995.518,48	265.509,53	225.261.028,01
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			656.857.643.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV) x 100	0,034253%	0,000040%	0,034294%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,069410%	455.924.890,01
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)		0,065940%	433.128.645,51
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		0,062469%	410.332.401,01
FONTE: SIAFI e DIVISÃO DE CONTABILIDADE/SAOF/TRT 7ª Região - 10/SET/2015 - 09h			

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

2) Nas despesas com Pessoal não estão computadas àquelas executadas por meio de descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:

a) Precatórios da Adm.Direta - R\$ 41.725,56 e Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R\$ 80.048,77.

3) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000

##DAT Fortaleza, 21 de setembro de 2015.

##ASS FRANCISCO TARCÍSIO GUEDES LIMA VERDE JÚNIOR
##CAR Desembargador Presidente do Tribunal

##ASS ANA PAULA BORGES DE ARAÚJO ZAUPA
##CAR Diretora Geral-Ordenadora de Despesas

##ASS NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
##CAR Diretora da Divisão de Orçamento e Finanças

##ASS SONILDES DANTAS DE LACERDA
##CAR Secretária de Controle Interno